

Demonstrações Financeiras

Aranaú Holdings S.A.

2022



Sumário

Relatório da Administração ... 3

Demonstrações Financeiras ... 4

Balanço Patrimonial ... 4

Demonstração do Resultado Acumulado ... 5

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido ... 6

Demonstração do Resultado Abrangente ... 7

Demonstração dos Fluxos de Caixa Acumulado ... 8

Notas Explicativas da Administração ... 9

Relatório do Auditor Independente ... 17

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Aranaú Holdings S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022, acompanhadas das Notas Explicativas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade registrou Prejuízo de R\$ (211.415) mil, Patrimônio Líquido de R\$ 973.080 mil e Ativos Totais de R\$ 973.080 mil.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

A Diretoria

Demonstrações Financeiras

Aranaú Holdings S.A.

Balanco Patrimonial em 31 de dezembro – Em Reais mil

	Nota	2022	2021 (não auditado)
ATIVO			
CIRCULANTE		80	1
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	80	1
NÃO CIRCULANTE		973.000	1.074.013
Realizável a Longo Prazo		7	-
Créditos Tributários	12c	7	-
Investimentos	6	972.993	1.074.013
Total do Ativo		973.080	1.074.014

	Nota	2022	2021 (não auditado)
PASSIVO			
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		973.080	1.074.014
Capital Social	7a	1.231.374	1.119.307
Ajuste de Avaliação Patrimonial		(1.586)	-
Prejuízos Acumulados		(256.708)	(45.293)
Total do Passivo		973.080	1.074.014

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações Financeiras

Aranaú Holdings S.A.

Demonstração do Resultado dos Exercícios em 31 de dezembro – Em Reais mil

	Nota	2022	2021 (não auditado)
Receitas Operacionais		(211.396)	(45.293)
Receitas Financeiras Líquidas	8	5	-
Resultado de Equivalência Patrimonial	6	(211.401)	(45.293)
Despesas Operacionais		(26)	-
Despesas Tributárias	9	(1)	-
Despesas Gerais e Administrativas	10	(25)	-
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro		(211.422)	(45.293)
Imposto de Renda e Contribuição Social	12a e b	7	-
Prejuízo do Exercício		(211.415)	(45.293)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Prejuízos Acumulados	Totais
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (não auditado)	1		-	1
Aumento de Capital com Investimentos	1.119.306	-	-	1.119.306
Prejuízo do Exercício	-	-	(45.293)	(45.293)
Saldos em 31 de dezembro de 2021 (não auditado)	1.119.307	-	(45.293)	1.074.014
Aumento de Capital com Investimentos	112.067	-	-	112.067
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	(1.586)	-	(1.586)
Prejuízo do Exercício	-	-	(211.415)	(211.415)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.231.374	(1.586)	(256.708)	973.080

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente acumulado em 31 de dezembro – Em Reais mil

	2022	2021 (não auditado)
Prejuízo do Exercício	(211.415)	(45.293)
Outros Componentes do Resultado Abrangente	(1.586)	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(1.586)	-
Total do Resultado Abrangente do Exercício	(213.001)	(45.293)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações Financeiras

Aranaú Holdings S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa acumulado em 31 de dezembro – Em Reais mil

	2022	2021 (não auditado)
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(211.422)	(45.293)
Ajustes ao Prejuízo antes dos Impostos:	211.408	45.293
Resultado de Equivalência Patrimonial	211.401	45.293
Outros	7	-
Prejuízo Líquido Ajustado antes dos Impostos	(14)	-
(Aumento) / Redução em Outros Ativos	(7)	-
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades Operacionais	(21)	-
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Aumento de Capital Social	100	-
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades de Financiamentos	100	-
Aumento / (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	79	-
Caixa e Equivalentes de Caixa - Início do Exercício	1	1
Caixa e Equivalentes de Caixa - Fim do Exercício	80	1
Aumento / (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	79	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – EM MILHARES DE REAIS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Aranaú Holdings S.A. é uma Sociedade que tem por objetivo exclusivamente a participação societária em instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. A Aranaú Holdings S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações financeiras devem ser analisadas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 29 de março de 2023.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Sociedade, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2022. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua que é o Real (R\$). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos em curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional, certificados de depósitos bancários (CDB) e fundos de investimento financeiros, cujos vencimentos na data da efetiva aplicação são iguais ou inferiores a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro.

2.4. Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

As aplicações em fundos de investimento são avaliadas com base no valor da cota divulgada pelo Administrador do fundo investidor, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.

2.5. Investimentos

São classificadas como controladas as entidades sobre as quais a Sociedade exerce controle, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos a voto. Poderá ainda existir controle quando a Sociedade possuir, direta ou indiretamente, preponderâncias de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinadas entidades para obter benefícios em suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre o seu capital próprio for inferior a 50%. A existência e o efeito de potenciais direitos a voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Sociedade controla outra entidade. Os investimentos em Sociedades controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como receita (ou despesa) operacional.

O resultado das controladas adquiridas ou vendidas durante os exercícios são incluídos nas demonstrações contábeis a partir da data efetiva de aquisição ou até a data em que o controle deixar de existir.

2.6. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros (*Impairment*)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (*Impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

2.7. Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

- Obrigações Legais: Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

2.8. Patrimônio Líquido

a) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Sociedade é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Sociedade.

2.9. Receitas Financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas sobre fundos financeiros de investimento e certificado de depósito bancário, as receitas de juros são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

2.10. Imposto de Renda e Contribuição Social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

2.11. Outros Ativos e Passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata* dia).

3. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Sociedade é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas demonstrações financeiras foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos contábeis elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

Os investimentos pelo método da equivalência patrimonial, estão sujeitos à revisão de perda ao valor recuperável (*impairment*). As despesas com perda ao valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda ao valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda ao valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2022	2021 (não auditado)
Depósito Bancário à Vista	-	1
Certificado de Depósito Bancário ⁽¹⁾	80	-
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	80	1

1. Esta aplicação financeira foi avaliada pela Administração à luz do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa e foi considerada como equivalente de caixa em função da sua essência que é o gerenciamento de caixa, inclusive contando com resgates automáticos diários. Conforme consta na Nota 2(2.3), os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros propósitos.

Notas Explicativas da Administração

Aranaú Holdings S.A.

6. INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na rubrica de "Resultado de Equivalência Patrimonial"

Em 31 de dezembro

	Capital Social	Patrimônio Líquido Ajustado	Resultado Ajustado	Quantidade de ações detidas (em milhares)		Participação no Capital Social - %	Investimentos		Ajuste decorrente de Avaliação	
				ON	PN		2022	2021 (não auditado)	2022	2021 (não auditado)
Bitz Instituição de Pagamentos S.A. ⁽¹⁾	1.256.001	862.326	(211.687)	20.429	-	100,000000	862.326	1.074.013	(211.687)	(45.293)
Haitong Banco de Investimentos do Brasil S.A. ⁽²⁾	420.000	553.332	2.500	12.734	12.734	20,000002	110.667	-	286	-
TOTAL							972.993	1.074.013	(211.401)	(45.293)

(1) Em 30 de Novembro de 2021, houve um aumento de capital social efetuado pelo Bradesco Holding de Investimentos S.A. com investimento da Bitz Serviços Financeiros Digitais S.A.; e

(2) Em 29 de Abril de 2022, houve um aumento de capital social efetuado pelo Banco Bradesco S.A. com investimento da Haitong Banco de Investimentos do Brasil S.A.

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

Quantidade de Ações	Em 31 de dezembro	
	2022	2021 (não auditado)
Ordinárias	2.181.278.580	1.964.729.251
Total	2.181.278.580	1.964.729.251

Em Assembleia Geral Extraordinária de 30 de novembro de 2021, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 1.119.306, elevando-o de R\$ 1 para R\$ 1.119.307, mediante a emissão de 1.964.728.251 ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal; Em Assembleia Geral Extraordinária de 28 de abril de 2022, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 111.967, elevando-o de R\$ 1.119.307 para R\$ 1.231.274, mediante a emissão de 216.352.903 ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal; e

Em Assembleia Geral Extraordinária de 9 de junho de 2022, deliberou-se aumentar o Capital Social, no montante de R\$ 100, elevando-o de R\$ 1.231.274 para R\$ 1.231.374, mediante a emissão de 196.426 ações ordinárias, nominativas escriturais, sem valor nominal.

b) Dividendos

Conforme disposições estatutárias aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam no mínimo a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária.

8. RECEITAS FINANCEIRAS

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2022	2021 (não auditado)
Rendimento em Certificado de Depósito Bancário - CDB	5	-
Total	5	-

9. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2022	2021 (não auditado)
Impostos e Taxas	1	-
Total	1	-

10. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2022	2021 (não auditado)
Serviços de Terceiros	25	-
Total	25	-

11. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro			
	2022		2021 (não auditado)	
	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)	Ativo (Passivo)	Receitas (Despesas)
Ativos:				
Certificado de Depósito Bancário – CDB (1) (2)	80	5	-	-

(1) Banco Bradesco S.A.; e

(2) As transações com partes relacionadas são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Sociedade é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Sociedade.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2022	2021 (não auditado)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(211.422)	-
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	71.883	-
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participações em controladas	(71.876)	-
Imposto de renda e contribuição social do exercício	7	-

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Exercício findo em 31 de dezembro	
	2022	2021 (não auditado)
Constituição/realização no período sobre:		
Base negativa de contribuição social	2	-
Prejuízo fiscal	5	-
Imposto de renda e contribuição social do exercício	7	-

c) Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Em 31 de dezembro			
	Saldo em 31.12.2021 (não auditado)	Constituição	Realização	Saldo em 31.12.2022
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	7	-	7
Total dos créditos tributários	-	7	-	7

d) Projeção de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

	Em 31 de dezembro				
	Diferenças temporárias		Prejuízo fiscal	Base negativa	Total
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social	
2023	-	-	1	-	1
2024	-	-	1	-	1
2025	-	-	1	-	1
2026	-	-	1	1	2
2027	-	-	1	1	2
Total	-	-	5	2	7

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada a expectativa de lucros contábeis.

13. OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) A Sociedade não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021.
- b) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não há processos com riscos fiscais, cíveis e trabalhistas avaliados como perdas possíveis ou prováveis.

14. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 08 de fevereiro de 2023, o plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) concluiu o julgamento relativo as decisões posteriores sobre a chamada “coisa julgada”. Aguarda-se a publicação desse acórdão do STF e a referida decisão ainda pode ser objeto de recurso. A Sociedade iniciou suas análises e até o momento avaliou que a referida decisão não geram impactos significativos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022.

A DIRETORIA

Geane Braga de Melo
Contadora – CRC 1SP273494/O-7



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105 – Torre A, 12º Andar
Chácara Santo Antônio, CEP 04711-904, São Paulo - SP - Brasil
Telefone 55 (11) 3940-1500
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos
Acionistas e aos Diretores da
Aranaú Holdings S.A.
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Aranaú Holdings S.A. (Sociedade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Aranaú Holdings S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos o balanço patrimonial da Sociedade em 31 de dezembro de 2021 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, conseqüentemente, não expressamos uma opinião sobre eles.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores independentes

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP027685/O-0 F SP

Guilherme Zuppo Ventura Diaz
Contador CRC 1SP294326/O-4



bradesco